

# Fundamentos Semiótico- Culturais para a Organização do Conhecimento

Mona Cleide Quirino da Silva Farias  
Carlos Cândido de Almeida

**Como citar:** FARIAS, Mona Cleide Quirino da Silva; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Fundamentos Semiótico-Culturais para a Organização do Conhecimento. *In:* ALMEIDA, Carlos Cândido de; SAN SEGUNDO, Rosa; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel (org.). **Estudos críticos em organização do conhecimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.193-240. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-485-1.p193-240>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

7

**FUNDAMENTOS SEMIÓTICO-  
CULTURAIS PARA A ORGANIZAÇÃO  
DO CONHECIMENTO**

*SEMIOTIC-CULTURAL FOUNDATIONS  
FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION*

*Mona Cleide Quirino da Silva FARIAS  
Grupo de Pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação - FTI*

*Carlos Cândido de ALMEIDA  
Universidade Estadual Paulista - UNESP*

**Resumo:** A Organização do Conhecimento tem se dedicado a sugerir soluções para resolver de modo pragmático os problemas de representação do conhecimento e da recuperação. Assim, utiliza-se de conceitos ou se apropria de definições de conceitos para validar os processos de representar e recuperar o conhecimento. A linha interpretativa que nos serve de apoio nessa discussão é a Semiótica da Cultura. O objetivo é apresentar os fundamentos semióticos dessa linha à Organização do Conhecimento, pois consideramos que as teorias críticas em Organização do Conhecimento podem beneficiar-se da abordagem argumentativa e dos conceitos propostos pela Semiótica da Cultura. Para repertoriar os fundamentos que permeariam uma semiótica apropriada aos estudos da Organização do Conhecimento, especificamente os temas relacionados às abordagens socioculturais, destacamos as bases semióticas e as bases socioantropológicas. A intenção é destacar alguns conceitos nem sempre sublinhados pela literatura para dar conta do problema semiocultural, que é examinado pela Organização do Conhecimento.

**Palavras-chave:** organização do conhecimento; fundamentos semiótico-culturais; semiótica da Cultura; abordagens socioculturais; bases semióticas e bases socioantropológicas.

**Abstract:** Knowledge organization has dedicated to suggesting solutions to pragmatically solve problems of knowledge representation and retrieval. Thus, it uses concepts or appropriates concept definitions to validate knowledge representation and retrieval processes. The interpretive line that supports the present discussion is the Semiotics of Culture. The aim is to present the semiotinowledge organization can benefit from the argumentative approach and the concepts proposed by the Semiotics of Culture. To underpin the foundations that would permeate a semiotics appropriate for the studies of knowledge organization, and specifically the themes related to sociocultural approaches, we highlight the semiotic bases and the socio-anthropological bases. The intention is to highlight some concepts that are not always underlined in the literature to resolve the semio-cultural problem that is examined by Knowledge Organization.

**Keywords:** knowledge organization; semiotic-cultural foundations; semiotics of culture; sociocultural approaches; semiotic bases and socio-anthropological bases.

## **1 INTRODUÇÃO**

A Organização do Conhecimento, campo que se dedica propor soluções pragmáticas para resolver os problemas de representação do conhecimento e sua recuperação, tem considerado o conceito um elemento norteador para organizar os discursos em qualquer que seja o campo.

Para Cabré (2000, p. 124, grifo da autora) “Un concepto puede participar en más de una estructura con el mismo o diferente valor. Los términos *no pertenecen a un ámbito sino que son usados en un ámbito* con un valor singularmente específico”. Em outras palavras, a autora entende que o conceito não é algo fixo, por isso possui caráter dinâmico na medida em que é desenvolvido e utilizado em determinado campo. Segundo Hjørland (2008), o conceito consiste na descrição das propriedades de um objeto ou para construir um enunciado lógico e verdadeiro sobre uma “coisa do mundo”. Para Morin (2005), os conceitos precisam “viajar”, isto é, migrar, pois: “[...] é melhor que viajem sabendo que viajam. É melhor que não viajem clandestinamente [...]” (Morin, 2005, p. 117).

Várias áreas como, por exemplo, a Lógica, a Linguística, a Filosofia, a Semiótica, as Ciências Cognitivas, a Terminologia, a Ciência da Informação etc. trabalham com conceitos ou ainda com a definição de conceitos, tendo em vista dar base para as reflexões e/ou soluções a problemas práticos.

Contudo, algumas linhas da Semiótica têm proporcionado uma estrutura teórica suficiente para compreender a relação dos conceitos com a cognição e com a sociedade. O objetivo deste capítulo é apresentar os fundamentos semióticos da linha conhecida como Semiótica da Cultura importantes à Organização do Conhecimento. As teorias críticas em Organização do Conhecimento podem beneficiar-se da abordagem argumentativa e dos conceitos propostos pela Semiótica da Cultura, no entanto essas bases precisam sofrer certas adaptações e ajustes para conformar-se aos problemas da área.

Assim, destacamos dois tópicos, as bases semióticas e as bases socio-antropológicas, para repertoriar tais fundamentos que permeariam uma

semiótica apropriada aos estudos da Organização do Conhecimento, especificamente os temas relacionados às abordagens socioculturais. Aqui destacaremos alguns conceitos nem sempre sublinhados pela literatura para dar conta do problema semiocultural que é examinado pela Organização do Conhecimento.

## **2 FUNDAMENTOS SEMIÓTICO-CULTURAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

### **2.1 BASES SEMIÓTICAS**

Objetivamos resumir aqui conceitos básicos da Semiótica e da Semiótica da Cultura, importantes à nossa estruturação teórica. Desse modo, iniciaremos pelos conceitos de signo, semiose, representação e antroposemiose. Na sequência, serão comentados os conceitos de cultura, modelização, linguagem e tradução, esses últimos apresentados a partir da Semiótica da Cultura.

Ao tratar os termos signo, semiose e representação, seguimos a teoria semiótica de Charles Sanders Peirce (1839-1914), que se dedicou aos estudos da semiótica em geral. Assim, entendemos que a semiótica peirceana toma como base a filosofia em busca de verificar o(s) significado(s) de algo, desde a apresentação do signo na mente humana até o seu desenvolvimento/transformação, partindo, é claro, de uma relação triádica envolvendo signo, objeto e interpretante.

Os estudos da semiótica se desenvolvem a partir de contextos diferentes como, por exemplo, na Rússia, na Europa Ocidental e na América, apresentando conseqüentemente fundamentos e abordagens distintas dos seus objetos. Diante disso, podemos citar alguns nomes que representam esse campo, como Peirce, Saussure, Hjelmslev, Greimas, Jakobson, Morris, Eco, Ogden & Richards, Port Royal, Leibniz, Santaella (Nöth, 2003), entre outros.

De modo geral, a Semiótica não se limita a signos que estabeleçam uma comunicação verbal, isto é, um único sistema. As possibilidades sígnicas são diversas, por isso a Semiótica peirceana não se reduz a uma única linguagem para compreender os(s) processos(s) interpretativos dados a partir do signo.

O signo é entendido como tudo que sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém, ou ainda, dirige-se a alguém, podendo criar na mente de uma pessoa um signo equivalente ou até mesmo um mais desenvolvido (Peirce, 2012) e é definido como:

[...] um cognoscível que, por um lado, é determinado (i.e., especializado, *bestimmt*) por algo *que não é ele mesmo*, denominado de seu Objeto, enquanto, por outro lado, determina alguma Mente concreta ou potencial, determinação esta que denomino de Interpretante criado pelo Signo, de tal forma que essa Mente Interpretante é assim determinada mediatamente pelo Objeto. (Peirce, 2012, p. 160, grifo do autor).

Nesse sentido, verifica-se que o signo está na relação com o objeto e com o interpretante, logo o signo pode ser caracterizado como aquilo que é determinado por um objeto que, por conseguinte, determina um interpretante<sup>1</sup> e disso tem-se a ação do signo denominada de semiose.

A semiose enquanto ação dos signos é “[...] o processo pelo qual algo funciona como signo podendo ser chamado de semiose” (Morris, 1976, p. 13). A semiose é, segundo Peirce apud Nöth (1995, p. 66), “[...] o processo no qual o signo tem um efeito cognitivo sobre o intérprete”. É uma ação que envolve a cooperação de três elementos: o *signo*, seu *objeto* e seu *interpretante*.

O signo se refere a seu objeto para uma interpretação, ou seja, o signo significa seu objeto por meio da interpretação. Sobre a interpretação está um processo semiótico. Nesse processo semiótico interpretativo da ação do signo, a semiose é a “[...] produção de sentido. Processo infinito

---

<sup>1</sup> Para Santaella (1995, p. 89) “[...] todo interpretante é um signo, assim como todo signo é um interpretante”.

pelo qual, através de sua relação com o objeto, o signo produz um interpretante que, por sua vez, é um signo que produz um interpretante e assim por diante” (Pinto, 1995, p. 49).

Para Santaella (1992), a semiose é a ação do(s) signo(s), mas não uma simples ação, pelo contrário, é qualquer tipo de ação provocada pelo signo. Assim, pode-se dizer que é a ação do signo, ação esta que determina um interpretante.

Quando o signo é interpretado se produz um efeito chamado interpretante, este é capaz de gerar outro signo e contribui para o crescimento da semiose que faz parte de um “*continuum*” de acontecimentos os quais podem ser antecipados pela capacidade interpretativa.

Para a Semiótica da Cultura, a semiose representa os processos de veiculação dos signos e ainda, podemos dizer, que é a própria evolução dos signos. “O mecanismo elementar de produção da semiose é a transformação da informação percebida em informação codificada, isto é, em texto. A cultura não apenas é um centro produtor de textos como, ela própria, se manifesta como texto para o observador” (Machado, 2013, p. 64).

No âmbito dos sistemas da cultura, a semiose representa e implica processos complexos, pois na medida em que se processam os significados estes podem ser alterados em decorrência da dinâmica da cultura e das relações estabelecidas pelos sujeitos em determinados contextos culturais.

Sendo o signo composto por três elementos na visão peirceana, tais elementos apresentam a seguinte configuração sobre ele: signo ou *representamen*, objeto e interpretante. Na primeira relação, o *representamen* não possuirá subdivisões, mas o objeto, como um segundo, será subdividido em Objeto Imediato – aquele contido no signo – e Objeto Dinâmico – o objeto ele mesmo, ou objeto real.

De modo geral, podemos entender que o signo como um elemento potencial da relação com o objeto e o interpretante, traz em si o objeto imediato e uma referência ao objeto dinâmico, sendo o primeiro uma apre-

sentação do objeto dada pelo signo e o segundo uma possibilidade, uma possível caracterização do objeto que será interpretado via um interpretante imediato, um interpretante dinâmico e um interpretante final.

As reflexões trazidas pela semiótica, mais precisamente a peirceana, têm sido resgatadas em diversas pesquisas na Ciência da Informação a exemplo de: Lara (1993), Moura (2006), Barbalho (2006) e mais recentes: Barros (2017), Café e Barros (2014), entre outras que representam interesse pelo tema da semiótica e ainda, entendemos nestas possibilidades de análises sobre a informação e o conhecimento.

Contudo, reconhecemos que as reflexões semióticas trazidas pelas pesquisas acima e por outras que certamente surgirão, presenteiam-nos com análises distintas sobre as questões da representação da informação e da representação do conhecimento. Nesse sentido, compreendemos que o tema da semiótica, em alguma medida está concatenado com várias temáticas como, por exemplo, a da representação, mais precisamente no campo da Organização do Conhecimento.

A representação é analisada em diversas perspectivas de estudos, como por exemplo, a das representações sociais, em que a representação é entendida por Lefebvre (1983, p. 99) como “[...] uma presença na ausência”. Signos, crenças, visões de mundo, que se representam é, na maioria das vezes, algo ausente, presentificado, pois “As pessoas se representam a si mesmas através daquilo que lhes falta ou acreditem faltar” (Lefebvre, 1991, p. 20).

A noção de representação é, segundo Santaella (2001), desde o século XIX, um conceito importante na semiótica e, a partir de meados do século XX, passou a ocupar o terreno da ciência cognitiva. Para Santaella (2001), a representação é apenas uma face da mediação, cuja outra face está na determinação. Assim, a função do signo é de atuar como uma mediação. Vale destacar que, embora a representação não seja um termo utilizado por Peirce, podemos entendê-la na configuração da terceira tricotomia, dada pela relação do signo objeto como o signo interpretante, no discurso dissertativo



argumentativo. Assim, consideramos a representação um produto da mediação, resultante da referida relação motivada pelo signo. Também, entendemos que a noção de representação implica o reconhecimento do contexto, isto é, o espaço e o tempo que se deseja representar.

Dessa maneira, entendemos que a representação enquanto uma ação de representar está presente nas práticas e processos de organização e representação do conhecimento.

Nesse escopo, resgatamos o termo representação no âmbito da Organização do Conhecimento em que a ação de representar é proporcionada por um instrumento, seja este um tesouro, uma ontologia, seja ainda de linguagens documentais etc.

O termo representação de conhecimentos ou de informação resulta em produtos que se relacionam com objetos, no sentido peirceano. Ou seja, representar significa rerepresentar algo, apresentar a coisa por meio de alguma entidade de representação, essa abordagem se aproxima do conceito de signo (Monteiro; Carelli; Pickler, 2006).

Entretanto, é preciso saber que, para a representação, é necessário atentar para a análise do contexto, pois o contexto não corresponde a entidades que podem ser identificadas e também representadas. O contexto consiste no conjunto de noções intangíveis que potencialmente criam significados e, conseqüentemente, a compreensão (Mai, 2005).

A partir desse posicionamento, resgatamos a ideia de domínio como enfatizada nos estudos de Hjørland (1997, 2002a), que reconhece o significado da língua como algo construído e usado para ser entendido por um grupo de pessoas e, por essa razão, é coerente estudar os domínios que envolvem as comunidades discursivas.

Entendemos que, para compreender melhor as comunidades discursivas na Organização do Conhecimento, devemos ater-nos aos enfoques culturais desenvolvidos nas pesquisas desse campo. Nos fundamentos de uma perspectiva sociológica do conhecimento, em que se encontra a análise de

domínio proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995), não é trazida uma explicação detalhada do que é uma comunidade discursiva. Ao que parece a noção de comunidades discursivas está relacionada à ideia de domínio, enquanto um campo, área ou conjunto de pessoas com objetivos comuns.

Para Smiraglia (2002, p. 114), o domínio é entendido como “[...] um grupo com uma base ontológica que revela uma teleologia subjacente, um conjunto de hipóteses em comum, consensos epistemológicos sobre abordagens metodológicas e uma semântica social”. No entanto, compreendemos que o domínio deve corresponder às comunidades discursivas, as quais são constituídas por concepções comuns, relacionadas em uma esfera social e cultural e, por isso, não são estritamente ligadas ao espaço acadêmico ou mesmo de uma área de pesquisa. Em resumo, o traço semiótico-cultural é o elemento fundador de um domínio, pois pertencer a uma área acadêmica, grupo profissional ou de práticas comuns não é suficiente para caracterizar um domínio. É preciso ressaltar que, na análise dos contextos, tal domínio não deve se restringir a um campo científico. Por isso, entendemos que a noção de domínio e também de comunidades discursivas não deve ser restrita.

Para tanto, a representação é a forma que buscamos para interpretar os contextos em que estamos inseridos. E, embora saibamos que “Nossas idéias (sic), nossas representações são sempre filtradas através do discurso de outros, das experiências que vivemos, das coletividades às quais pertencemos” (Moscovici, 2009, p. 221), não podemos reduzir nossas interpretações sobre um determinado contexto. Precisamos consultá-lo, recuperar elementos suficientes para que a representação faça jus à realidade.

Por isso, precisamos reconhecer que algumas representações não são neutras ideologicamente e, por isso, não podem ser limitadas a uma única expressão da realidade, com base em um único signo, tendo em vista que o signo é uma entidade em potencial desenvolvimento e, por conseguinte, a representação é um processo evolutivo.

Contudo, temos que toda representação carrega em si, os valores, as intenções e ideologias, portanto ela não é neutra e muito menos fixa. Um objeto representado em uma determinada cultura pode não ter o mesmo significado em outra, pois são os contextos em relação às linguagens e os sujeitos envolvidos que atribuem interpretações àquilo que lhe é particular.

Como na Organização do Conhecimento, a representação é viabilizada por um instrumento, sendo este construído, analisado e validado por uma comunidade de profissionais, é claro que esta representação não se dará por completo, tampouco implicará neutralidades, pelo contrário, será um processo de apresentação de um elemento da realidade que está sendo mediado por um signo e, por isso, não pode ser a representação fiel da realidade em sua totalidade. Porém, a representação deve conter o olhar dos sujeitos e não apenas as conclusões dos profissionais que subsidiam os processos de representação.

Salientamos que, das concepções de signo e semiose trazidas pela teoria semiótica de Peirce, assim como a noção de representação, enquanto uma mediação, uma possibilidade de ampliação das linguagens compreendida em Santaella, somada à perspectiva de representação de Moscovici, como uma síntese de nossa relação com o outro e com os contextos de que fazemos parte, presenteia-nos com um olhar amplo do signo como uma possibilidade de representação de algo para uma determinada pessoa e que é potencializado na semiose, como um processo de transformação do signo.

Dito isso, apresentaremos a seguir a antropossemiose como um desdobramento da semiose que se revela como um dos níveis de semiose.

A antropossemiose se caracteriza por processos sígnicos que envolvem o ser humano e o ambiente em que está imerso (Deely, 1990). No escopo de tal discussão, entendemos que o ser humano é produtor de signos, pois sua própria natureza é sígnica, desde sua constituição genética até sua formação sociocultural, isto é, o ser humano é em si um signo ao passo que

também é um objeto – em caráter dinâmico – e ao mesmo tempo, interpretante dos demais objetos com que se confronta.

No contato com a natureza e os sistemas culturais, o ser humano se depara com as linguagens. Não apenas a linguagem em seu aspecto verbal, com fim de comunicar-se, mas um sistema de linguagens que é composto de códigos, de elementos simbólicos apresentados na cultura, na relação que ele mesmo possui com a natureza.

Entendemos que linguagens são mecanismos necessários para a constituição do diálogo e da comunicação entre seres humanos e o universo do qual fazem parte. A consideramos como signos de mediações, tanto para as relações estabelecidas entre seres humanos-natureza – e seu contexto sociocultural –, como para elaboração, organização e compartilhamento de conhecimentos, embora entendamos que, no aspecto da comunicação humana, a língua também é necessária.

A antropossemiose é apresentada na tentativa de refletir, em meio a esse nível de semiose, sobre o aspecto das linguagens como sistema de signos que permitem ampliar o desenvolvimento das semioses humanas, não se restringindo ao âmbito das semioses linguísticas. Nesse sentido, a antropossemiose poderia ser analisada como uma possibilidade de entender como seres humanos, em suas relações com o meio social e cultural, podem elaborar significados e traçar interpretações a partir dos signos produzidos na esfera bio-sócio-cultural.

Em outras palavras, a antropossemiose atuaria como um método para analisar os seres humanos em sua relação com as diversas esferas da natureza, com o desenvolvimento das semioses, atentando para as suas competências, enquanto ser que interpreta e representa sua realidade.

Vale destacar que a antropossemiose apresenta-se como um nível mais alto de semiose (Deely, 1990). São vários os desdobramentos da ação do signo, isto é, da semiose, pois ao lado de uma antropossemiose, estão

também outros tipos de semiose como, por exemplo, zoosseiose<sup>2</sup>, a fisiossemiose<sup>3</sup> e a fitosseiose<sup>4</sup>.

Para Deely (1990), há uma divisão semiótica que se apresenta em quatro níveis de semiose: a que caracteriza a semiose cognitiva, isto é, a antroposseiose e zoosseiose, e os níveis “inferiores” de semiose, aqueles não dependentes da cognição, como é o caso da fitosseiose e fisiossemiose. Entretanto, Deely (1990) busca compreender o objeto da semiótica por uma forma mais segmentada. Assim, considera as particularidades e potencialidades de cada um e, ao mesmo tempo, enfatiza os níveis de aproximação entre eles, destacando as variadas possibilidades de investigação do objeto da semiótica, a semiose. Para tanto, a antroposseiose compõe-se dos processos sígnicos nos quais os seres humanos se relacionam.

Há outra perspectiva da antroposseiose que é delineada pela língua como elemento primário (Deely, 1990, p. 47). Entendemos que a segunda perspectiva se reduz à questão da língua, como elemento único de comunicação, o que inviabiliza a análise de outros sistemas sígnicos que interagem na natureza e na cultura da qual os seres humanos fazem parte.

A antroposseiose inclui todos os processos sígnicos e, por isso, não caberia considerar apenas a língua como elemento determinante para leitura e interpretação dos signos constituídos em toda esfera da semiose cultural humana.

Embora a língua seja dada como um sistema primário, do ponto de vista de uma semiose linguística, na visão de Deely (1990), é caracterizada como um sistema modelador secundário e não um sistema primário. A

---

<sup>2</sup> Se refere “[...] as linguagens animais (cerca de 600), caracterizadas – em suas formas primitivas – por uma comunicação à base de sinais, mas capazes de atingir certo grau de complexidade, tanto na sua articulação sintagmática (entre os pássaros, por exemplo) quanto paradigmática (entre as abelhas), constituem o campo das investigações da zoossemiotica” (Greimas; Courtés, 2008, p. 538).

<sup>3</sup> Se refere a atividade virtual em comparação com a biossemiose – mundo orgânico. A fisiossemiose “[...] é um processo através do qual primeiro as estrelas e depois os sistemas planetários a partir de uma ‘poeira’ atômica e molecular mais primitiva” A fisiossemiose “[...] cria condições que tornam possíveis estruturas atômicas cada vez mais complexas (tais como uma atmosfera oxigenada, por exemplo)” (Deely, 1990, p. 50).

<sup>4</sup> A fitosseiose, ou ainda rede semiótica das plantas é a ação semiótica que ocorre através do desenvolvimento na interação entre vegetais, plantas e o ambiente físico (Deely, 1990).

língua estaria mais para um sistema com potencial de descrição “[...] muito embora, relativamente ao desenvolvimento da civilização e das tradições culturais distintamente humanas, a língua seja o medium capacitador próximo e a rede sustentadora da semiose”. (Deely, 1990, p. 47).

A antropossemiose, embora implique a subjetividade do indivíduo para a produção de signos, não acontece individualmente, pois entendemos que é pela relação interativa, entre a natureza e a cultura que a antropossemiose se realiza, isto é, pela conexão entre os seres humanos e todos os sistemas sígnicos culturais, sociais, que envolvem o bio, o sócio e o cultural.

Assim, a subjetividade se constitui por meio de processos antropossemióticos em que os indivíduos podem se reconhecer como sujeitos e como parte daqueles espaços. O ser humano é dialético e onde houver signos, haverá representação e interpretação, isto é, a produção e desenvolvimento da semiose.

A ação dos signos na antropossemiose caracteriza-se também pela identificação dos seres humanos no ambiente em que faz parte. À noção de identificação, consideramos o ato semiótico de identificar suas necessidades de sobrevivência, de compreender do que podemos nos alimentar, da caracterização de seus predadores, identificação entre grupos, espécies comuns etc. da configuração de uma identidade cultural.

Esse exercício de identificação, das necessidades de convívio, de sobrevivência, de se reconhecer de fato, implica a formulação de informações.

Na antropossemiose, os seres humanos enfrentam etapas de adaptações, processos modelizantes promovido pelos signos culturais. Contudo, pressupomos a necessidade da elaboração de linguagens que, além de representar um dado contexto, um conhecimento, também resulte no entendimento e modos de comportamento, como a maneira de comer, de se portar diante de uma situação, no uso de determinadas vestimentas etc.

Em outras palavras, na antropossemiose verifica-se a necessidade de processos civilizadores. Tudo isso representa atividades semióticas de orga-

nização de conhecimento, de práticas culturais. A antropossemiose nos possibilita lidar com o contexto que estamos inseridos, nos adaptando em um primeiro momento, para traçar análises e reflexões de nós para com o mundo e, em seguida, poder transformar nossos conhecimentos, alcançando interpretações amplas sobre a realidade que compartilhamos. Esse exercício nos prepara para conhecer e aceitar outras culturas, tendo em vista interagir e trocar experiências, isto é, renovar nosso repertório de conhecimento.

Em resumo, a antropossemiose não se reduz a um processo fisiológico, mas acontece no próprio ser humano, condicionado, em um determinado tempo e espaço histórico, social e cultural. A semiose humana nos deixa uma questão que é entender como um sujeito compreende, decodifica e representa os processos sógnicos e em que nível tais signos são alterados para que façam sentido no espaço e tempo em questão.

Para tanto, com a necessidade de tratar com mais afinco as questões de linguagem, cultura e demais sistemas semióticos da cultura, a noção da antropossemiose, no cerne do desenvolvimento do objeto da semiótica, faz-nos refletir sobre as possibilidades de investigação dos signos processados por e para seres humanos, ou seja, os signos desenvolvidos e organizados a partir de uma lógica sociocultural, o que requer um exercício ilimitado de interpretação e, por conseguinte, de competência semiótica<sup>5</sup>.

A antropossemiose nos propõe traçar análises de autoavaliação, considerando que esta implica a identificação, a organização e a representação do conhecimento humano em três esferas sógnicas, o bio, o sócio e o cultural. Consideramos que toda atividade e prática semiótica implica processos auto-organizáveis e isso não é diferente à antropossemiose, como um nível mais alto da semiose. A antropossemiose poderia ser compreendida com esse fim, tendo em vista, auxiliar, por um viés reflexivo, os profissionais envolvidos com a organização, com o tratamento e com a representação do conhecimento, no sentido de estes reconhecerem, a

---

<sup>5</sup> A noção de “competência semiótica” se refere ao processo interpretativo sobre os sistemas de signos da cultura que se origina de um conhecimento sobre o contexto de elaboração dos sistemas de signos no espaço da cultura, enquanto um sistema semiótico complexo.

partir dos seus valores e visões de mundo, que, são muitas vezes, parte do contexto a ser representado.

Nesse caso, o domínio científico e de pesquisa no qual estão inseridos não deve estar fechado, por isso as questões éticas envolvidas na atuação do profissional seja este classificador, seja indexador, com base numa perspectiva sociocognitiva (Hjørland, 2002b), não estão deslocadas do domínio em que as representações foram criadas e validadas.

Tratar as antropossemioses no contexto plural da cultura e das manifestações do conhecimento é um exercício de interpretação que nos faz reavaliar o modo como pensamos, (r)elaboramos e tratamos linguagens que garantem as representações de conhecimentos, produzidos e ressemantizados em distintos contextos culturais.

Assim, conhecer e compreender o mundo em sua dinâmica significa processar o mundo numa lógica do contínuo. A questão da interpretação é de fato uma necessidade, não somente no contexto da antropossemiose, como também em outros níveis e/ou categorias de semioses. A interpretação deve ser entendida como um exercício semiótico de reconhecimento dos discursos desenvolvidos no contexto das comunidades, por isso a interpretação não pode se distanciar dos contextos analisados, pois ela acontece antes no contexto e depois adquire uma nova perspectiva daqueles que observam a cultura.

Para tanto, sabemos que os seres humanos, na sua relação com a natureza, traçam análises interpretativas e tais análises caracterizam-se como um problema semiótico, que, embora não pareça para muitos, é uma questão semiótica e não está condicionada apenas à Antropologia ou à Sociologia.

Ainda na fase de apresentação das bases semióticas, seguiremos com os conceitos da Semiótica da Cultura, cujo objetivo é sinalizar a compreensão desses conceitos para o seu campo de aplicação e desenvolvimento.



A cultura aparece em muitos estudos como um conceito desprendido da condição interpretativa dos sujeitos. Muitas vezes mal compreendido por ser entendida apenas por uma configuração simbólica como, por exemplo, quando reduzimos a cultura aos atos de se vestir, comer, falar etc.

Nesse sentido, o conceito de cultura estaria em um nível para diferenciar uma determinada cultura de outra. É claro que a tudo isso a cultura é determinante, pois diante das simbologias existentes das linguagens e mesmo dos códigos, por exemplo, os códigos genéticos, como sendo parte do sistema sógnico da cultura, algumas determinações sobre nossa aparência, nossas características físicas são decorrentes de códigos genéticos enquanto signo cultural.

O conceito de cultura é apresentado inicialmente na Antropologia, por Edwar Burnett Tylor (1832-1917), que a define como um complexo de conhecimentos, de crenças, da arte, da moral, das leis, dos costumes, ou ainda se refere à capacidade sobre os hábitos adquiridos pelo homem enquanto parte de uma sociedade (Laraia, 2009, p. 25). Para Lévi-Strauss (1976), a cultura é parte de um sistema simbólico. Ou ainda, compreendida como um processo acumulativo (Kroeber, 1949).

Contudo, o conceito de cultura é entendido sob um viés semiótico, mas reconhecemos que tal conceito também perpassa as investigações da Sociologia e da Antropologia interpretativa.

Lotman (1990) apresenta não apenas a perspectiva semiótica dos estudos russos, como uma Semiótica da Cultura, mas também enfatiza sobre a ideia de cultura para entender o sistema dos signos – como no caso da linguagem –, no ambiente cultural. Em seu livro “*Universo da mente*”, discorre sobre a cultura como um espaço aberto e esta possui relação com a sua ideia sobre a semiosfera (Lotman, 1990). Nesse sentido, a cultura como um espaço amplo composta por uma diversidade de sistemas de signos é, em si, a própria semiosfera, isto é, o espaço cultural.

A concepção de sistema é citada na Semiótica da Cultura como “Unidade aberta traduzida em termos de um conjunto de variantes que

se constituem graças às relações complementares com as invariações e, por conseguinte, aberta às mudanças” (Machado, 2003, p. 165).

Segundo Schnaiderman (2010), o conceito de semiosfera surge nos trabalhos de Lotman, com base na noção de biosfera de Vladímir Viernádski. Tal afirmação é também reforçada por Machado (2003), quando: “A semiosfera diz respeito à diversidade, condição para o desenvolvimento da cultura [...]” O conceito de semiosfera gravita entre dois campos teóricos precisos: a teoria do dialogismo de Mikhail Bakhtin, que pensou o diálogo da mente com o mundo e a estrutura semiótica da consciência responsiva; e a teoria da biosfera ecológica do biólogo e filósofo da ciência V.I. Vernádski (1863-1945), que estudou o relacionamento de estruturas binárias, assimétricas, mas ao mesmo tempo unitárias. Assim como a biosfera designa a esfera da vida do planeta como em Vernádski, a semiosfera designa o espaço cultural dos signos (Machado, 2007, p. 16).

Nas palavras de Lotman (1990, p. 213, tradução nossa), “[...] nós somos tanto um planeta na galáxia intelectual quanto a imagem de sua universalidade”. A partir disso, Nöth (2007, p. 81) entende que os paradoxos enigmáticos apresentados nas metáforas descritas na teoria semiótica de Lotman, refletem a ideia de cultura como um sistema autorreferencial, em que os “[...] espaços semióticos encontram-se enraizados em mais espaços isomórficos envolventes da semiose cultural”.

Desse modo, a cultura é destacada como um sistema semiótico caracterizado por sua capacidade dinâmica e transformadora sobre os textos criados e desenvolvidos por uma memória coletiva (Machado, 2003). Tal reflexão nos leva a entender que a cultura ganha uma dimensão maior, ela é um campo dinâmico e plural para o desenvolvimento dos signos.

No âmbito da concepção de semiosfera, a cultura é considerada como um processo e não como um produto. Segundo Machado (2007, p. 19), “[...] a capacidade de estabelecer diálogo entre diversidades (códigos, linguagens, cultura) tornou os sistemas semióticos os objetos privilegiados dos estudos sobre a semiosfera”, isto é, sobre o espaço semiótico da cultura.

Portanto, a semiosfera funciona como um mecanismo único, como um organismo:

[...] todo espaço semiótico pode ser considerado como um mecanismo único (se não como um organismo). Então é primordial não um ou outro tijolo, mas o “grande sistema”, chamado semiosfera. A semiosfera é o espaço semiótico fora do qual a própria existência da semiose é impossível. (Lotman, 1996, p. 24, tradução nossa).

Nesse contexto, entendemos que a cultura é o ambiente no qual os signos interagem, por isso, enquanto espaço dinâmico, dialógico e infinito, é denominada como sendo a própria semiosfera. Em outras palavras, a semiosfera é: “[...] o que está sendo estudado na e como cultura e é também o método de estudo da cultura” (Machado, 2007, p. 50). Nessa perspectiva, a semiosfera atua tanto como objeto quanto método, para o desenvolvimento dos estudos dos sistemas de signo no campo da Semiótica da Cultura.

Segundo Nöth e Santaella (2017, p. 229), “A descrição da semiosfera realizada por Lotman é uma descrição de um sistema autorreferencial. É uma descrição coerente da cultura no estágio em que a cultura cria e é criada pela cultura”. No texto sobre: “*Relações entre sistemas no interior da semiosfera*”, Fiorin (2006, p. 175) admite que a semiosfera “[...] é o domínio que permite a uma cultura definir-se e situar-se para poder dialogar com outras culturas”.

Cultura é um sistema de dois espaços e está relacionado a dois níveis de semiose. O primeiro é o espaço textual determinado nas artes, nos mitos, nos códigos sociais ou nas ideologias; outro é o espaço metatextual decorrente de autodescrições culturais (Nöth; Santaella, 2017). A cultura é compreendida como um grande texto, principalmente pelo seu caráter dinâmico e dialógico. A cultura é natureza, isto é, encontra-se na essência da natureza humana (Machado; Romanini, 2010; Kull, 1998).

Também a partir de uma perspectiva semiótica, Geertz considera que o “[...] homem é um animal amarrado por uma teia de significados” tecida por ele mesmo. Contudo, a cultura aparece como “[...] uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 2008, p. 4).

Não obstante, o termo cultura está relacionado à informação, sendo a cultura um conjunto de informações não-hereditárias, isto é, de conteúdos armazenados e comunicados por grupos distintos. Cultura é um sistema semiótico, que implica a produção de textos culturais, e, enquanto tal, é um sistema perceptivo de processos que permitem a comunicação de informações (Machado, 2003).

Como os processos perceptivos são inseparáveis da memória, na estrutura de todo texto este se manifesta na orientação para um certo tipo de memória, não aquela individual, mas a memória coletiva. Cultura é assim memória coletiva não-hereditária (Machado, 2003).

Sobre a noção da cultura como um grande sistema de textos, Lotman, (1996, p. 86, tradução nossa) descreve que:

Não só os elementos advindos de diferentes tradições culturais históricas e étnicas como também os constantes diálogos intratextuais entre gêneros e ordenamentos estruturais de diversa orientação formam esse jogo interno de recursos semióticos que, manifestando-se com a maior claridade nos textos artísticos, resulta, na realidade, uma propriedade de todo texto complexo. Precisamente essa propriedade realiza ao texto um gerador de sentido e não apenas um recipiente passivo de sentidos nele colocados de fora. [...] Texto como dispositivo poliestrutural da cultura como consciência coletiva.

Para Lotman (1999, p. 109, tradução nossa), “[...] a cultura em seu conjunto pode ser considerada como texto”. Em torno desse texto é que direcionamos nossas ideias sobre as linguagens e seus mecanismos de expressão como um texto representativo da cultura, criados no campo da semiótica. Vale destacar que, quando nos referimos a textos, queremos dizer

sobre os textos culturais, além das manifestações da escrita, isto é, todas as manifestações artísticas, as pinturas, as imagens, as músicas, os vídeos etc.

Com base nisso, afirmamos que a cultura possui a capacidade de gerar novos textos, por se tratar de um texto aberto, em que vários sistemas de signos interagem e desenvolvem outros mais. No entanto, vale acrescentar que “O texto não é a realidade, mas o material para a sua reconstrução” (Lotman; Uspensky; Mihaychuk, 1978, p. 216, tradução nossa).

Nesse universo plural de textos culturais inseridos numa mesma nação, a brasileira, os textos produzidos por uma determinada cultura são muitas vezes repassados para seus “iguais”, não necessariamente como ele se apresentou em momento anterior da sua formação histórica e sociocultural, mas são processados e difundidos com uma nova roupagem, sem que percam seu sentido, seus valores e sua potencialidade de transformação, pois “O homem em sua especificidade humana sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, cria texto (ainda que potencial)” (Bakhtin, 2003, p. 312).

Para tanto, podemos dizer que ao tempo que a cultura representa um espaço semiótico, ela é também um espaço em potencial desenvolvimento em que podemos verificar que as narrativas elaboradas são constituídas de linguagens que se expressam mutuamente. Segundo essa linha de raciocínio, Machado e Romanini (2010, p. 160) entendem que “[...] signo gera signo, do mesmo modo que texto gera texto. O texto da cultura pressupõe, portanto, a semiotização do entorno”.

Tendo em vista que o universo semiótico da cultura em potencial desenvolvimento gera uma diversidade de textos, temos que, a essa atividade de geração de novos textos, a semiótica da cultura denomina de processo de modelização. Segundo Machado (2007, p. 29), a modelização é “[...] entendida como um ‘programa para análise e constituição de arranjos’ e não simples ‘reprodução de um modelo’” Se trata da “[...] chave para compreender a produção de mensagens resultantes das relações entre as mais variadas linguagens ou os mais variados sistemas semióticos da comunicação social” (Machado, 2003, p. 150). Consideramos tais processos

como ações interpretativas da cultura, pois entendemos como relacionado à noção de semiose definida a partir da semiótica peirceana.

Entender a cultura na sua diversidade e sua extensão entre espaço e tempo é exercer também uma gestão semiótica a qual implica compreender como os diversos complexos sígnicos se relacionam mediante os espaços culturais e ainda como exercem significados a partir de um contexto de leitura, isto é, de análise dos signos da cultura (Machado, 2008).

A gestão semiótica atua como um dispositivo tradutório pelo qual é possível analisar a mobilidade dos signos. No entanto, é preciso destacar que não se trata de perceber o transporte dos signos de um ponto a outro. A gestão semiótica é parte do processo de modelização.

A modelização é em si um processo de interpretação. Vale dizer que tal conceito é desenvolvido na Semiótica da Cultura, tendo em vista compreender como se dá a semiose, ou seja, “[...] para que um modelo represente uma coisa diferente para alguém, quanto a determinados aspectos ou capacidades, deve haver uma continuidade nos vínculos entre *modelans e modelandum*” (Merrell; Anderson, 1990, p. 31).

Sendo assim, a modelização é o meio pelo qual é possível alcançar um conhecimento sobre o mundo (Machado, 2003). O termo modelizar é compreendido como um processo reflexivo e interpretativo que a partir do uso de linguagens possibilita a comunicação da cultura. É “[...], um esforço de compreensão da signicidade dos objetos culturais, modelizar é semiotizar” (Machado, 2003, p. 163).

Do ponto de vista do desenvolvimento do signo na semiosfera, a modelização é relacionada à ideia de semiose como dito anteriormente. Assim, a modelização, enquanto um processo semiótico da cultura, é muito enfatizada nos estudos da Semiótica da Cultura, como um mecanismo para compreender a semiose dos sistemas culturais.

Por isso, vale ressaltar que a modelização não desconsidera elementos anteriormente admitidos na elaboração do conhecimento, pelo contrário,

todo o conjunto de saberes envolvidos na constituição de um conhecimento torna-se elemento representativo para construção de outro conhecimento.

Os códigos culturais passam por processos de transcodificação e não é uma mera decodificação (Machado, 2003). A cultura é composta de códigos, por exemplo, a língua se utiliza do código verbal, a música possui o código musical etc. O código visto pelo viés da Semiótica da Cultura não se limita a um signo, uma estrutura, pelo contrário compartilha da estruturalidade<sup>6</sup> destacada pelas linguagens.

O termo transcodificação é:

Derivado de *codificação*, por meio do prefixo *trans* - (“para além”, em latim). Em semiologia, o termo *transcodificação* designa a tradução de uma informação de um código para o outro. Em tradutologia, o termo qualifica as equivalências semânticas estabelecidas fora de todo o contexto, por distinção com o termo *tradução*, reservado á equivalências contextuais. (Neveu, 2008, p. 293).

A decodificação é um termo relacionado com a codificação. Desse modo, a codificação implica:

No domínio da comunicação e da informação, [...] operação que consiste em transformar a forma de uma mensagem em uma outra forma para realizar a transmissão [...]. Em Linguística [...] a codificação é a operação que consiste em selecionar e explorar uma linguagem de descrição do formato e das unidades textuais reunidas em corpus [...] (Neveu, 2008, p. 70).

Em consonância com a noção de códigos como “[...] signo convencional ou uma organização de caráter genérico a partir da qual é possível a constituição dos sistemas e, conseqüentemente da linguagem” (Machado, 2003, p. 155), os códigos culturais são “[...] criadores de linguagem e, conseqüentemente, de textos culturais se dão a entender como som, imagem, movimento, textura, cheiro, paladar” (Machado, 2003, p. 156).

<sup>6</sup> “Dinamismo modelizante que garante a organização de um sistema semiótico como a linguagem, ainda que não possua uma língua, ou seja, uma estrutura regulada por um código definido” (Machado, 2003, p. 158).

Em suma, por meio de processos modelizantes podemos criar novos códigos culturais. “A modelização, tomada nesse sentido, acarreta um movimento sígnico contínuo ao longo dos trilhos do significado em direção a um fim qualquer, indefinido e indefinível. Nada permanece imóvel, nada é absolutamente determinado” (Merrell; Anderson, 1990, p. 35).

No contexto da cultura, a modelização possibilita a tradução da tradição, isto é, o mecanismo para compreender a intervenção semiótica na cultura. É a partir da utilização de uma análise semiótica em torno dos complexos de signos produzidos na cultura. Consiste em “[...] um encontro entre diferentes culturas a partir do qual nascem códigos culturais que funcionam como programas para ulteriores desenvolvimentos” (Machado, 2003, p. 30).

Para entender a tradução da tradição podemos recuperar a perspectiva de Hall (2009) de que a cultura pressupõe tradição e esta interfere na reconstrução de nossa identidade. Portanto, não pode se dissociar dessa herança em processo de construção. Consideramos que a tradução da tradição “[...] decorre da análise da compreensão do encontro entre culturas como uma experiência dialógica e, portanto, semiótica” (Machado, 2003, p. 28).

A partir da perspectiva da tradução mencionada no campo da Semiótica da Cultura, recuperamos também a descrição dos três modelos de tradução de Jakobson (1995, p. 64-65): 1-traduições de signos em outros signos de uma mesma língua, a qual se refere como “tradução intralinguística ou paráfrase”; 2-traduições entre línguas diferentes, que ele chamou de “tradução interlinguística ou tradução no sentido estrito da palavra”; e 3-consiste na interpretação de signos verbais por meio de sistemas de signos não-verbais, que é o mesmo que a “tradução intersemiótica ou transmutação”.

Já a noção de modelização no campo de investigações semióticas, se apresenta como possibilidades de leituras interpretativas sobre os textos produzidos na cultura com o apoio dos sistemas modelizantes. Os sistemas modelizantes são “[...] manifestações, práticas ou processos culturais cuja orga-



nização depende da transferência de modelos estruturais, tais como aqueles sob os quais se constrói a linguagem natural” (Machado, 2003, p. 49).

Sobre os sistemas modelizantes, Lotman (1978), na obra “*A estrutura do texto artístico*”, destaca que a linguagem além de um sistema de comunicação, é também um sistema modelizante. No entanto, é necessário entender pontualmente que os sistemas modelizantes se dividem em dois aspectos: os sistemas modelizantes primários e sistemas modelizantes secundários.

O sistema modelizante primário é representado pela língua, porque a partir desta é possível o desenvolvimento de diversos outros sistemas como literatura, mitos os quais são construídos em analogia dos sistemas primários, a língua (Machado, 2003). Enquanto sistemas modelizantes secundários são a literatura, mito, religião, arte.

Tais sistemas modelizantes secundários possuem na linguagem verbal uma estrutura referencial, com base na qual se reconhece, num dado sistema, sua estruturalidade (Machado, 2007). Porém, os sistemas modelizantes secundários, ao contrário do primário, levam em conta a língua como código principal, isto é, como estrutura, mas os sistemas de caráter secundário possuem uma dinâmica que interfere na sua expressão por meio da linguagem. Isto ocorre pelo fato de existir uma diversidade de linguagens que desenvolvem estruturalidade com base nas suas particularidades, como numa pintura, na música etc.

No sentido de definir o sistema de nível primário, a semiótica da cultura aponta como sendo a linguagem verbal, por esta ser dotada de estrutura (Machado, 2007) reconhecida a partir da língua. A estrutura é um sistema que se define pela organização inerente a toda língua (Ducrot; Todorov, 1988). Quanto aos sistemas modelizantes secundários estão as linguagens como: os mitos, as artes etc., que não prescindem de uma “estrutura” como a da língua. Para Torop (1999), os sistemas modelizantes de segundo nível relacionam-se com todas as linguagens em seu sentido

mais amplo da cultura como, por exemplo, mitologia, religião, normas de comportamento etc.

Nesse sentido, a linguagem como um sistema social e dialógico, criado e elaborado na esfera cultural não se limita em uma estrutura como a linguagem verbal, mas destaca em si sua estruturalidade. Entretanto, é necessário entender que as linguagens assim como a língua, enquanto sistemas modelizantes, são construídas a partir de uma intervenção cultural (Machado, 2003). Ou seja, o sujeito fará uso de uma língua e de linguagens a partir do momento que interage numa determinada cultura, com isso pode aprimorar os códigos e reeditá-los na medida do possível.

Lotman (1999, p. 101, tradução nossa) entende que as linguagens podem ser compreendidas como “[...] texto dentro do texto [...]”. Nesse aspecto, “[...] o texto não é a realidade, mas o material para a reconstituir” (Lotman, 1981, p. 43, tradução nossa). Em outras palavras, quando o autor se refere ao texto dentro do texto, é para explicar que os textos que produzimos na cultura resgata a memória, enquanto uma manifestação do conhecimento e esta pode gerar novos sentidos e interpretações em um mesmo contexto cultural.

As linguagens, em seu sentido mais amplo, são potenciais representativos da cultura, de uma realidade que é representada a partir das relações socioculturais, cujo propósito não se resume apenas em comunicar algo, mas de entender o mundo em sua totalidade.

Sobre “entender o mundo em sua totalidade” ou ainda de representá-lo, implica refletir sobre a concepção de linguagem evidenciada nos estudos semióticos de Lotman, pois a linguagem, mais precisamente àquela concebida como um sistema de modelização secundário é uma linguagem imbuída de ideologias e ao visar a comunicação ou mesmo a representação da cultura ela não abrange uma representação direta e total da realidade.

Em síntese, tentamos destacar aqui as discussões que envolvem os conceitos semióticos (signo, semiose, representação, antropossemiose, cultura, modelização, linguagem, tradução), os quais desencadeiam as re-

flexões em atenção aos contextos dinâmicos da cultura, assim como dos sistemas de signos, dos processos semióticos de tradução, que a questão da interpretação é algo inevitável no tratamento semiótico da cultura. Consequentemente, o tratamento semiótico da cultura condiciona o tratamento da informação e a organização do conhecimento, tendo em vista sua gestão, organização e representação.

A seguir, damos sequência às bases socioantropológicas na intenção de sinalizar as perspectivas de cunho socioculturais que podem subsidiar as análises interpretativas.

## **2.2 BASES SOCIOANTROPOLÓGICAS**

A partir de uma revisão da literatura sobre estudos socioculturais da Organização do Conhecimento, buscamos identificar algumas bases socioantropológicas, pois defendemos uma análise sobre o tratamento de tais bases, principalmente quando se arriscam modelos de representação cujo objetivo é representar um contexto cultural.

Tratamos como bases socioantropológicas os conceitos que, no escopo da Organização do Conhecimento, abrangem desde análises sociais até culturais.

Aqui trataremos do transculturalismo, da interpretação das culturas e da desclassificação que deveriam ser mais bem aplicadas aos estudos da Organização do Conhecimento. Esses temas se alinham às bases semióticas comentadas anteriormente e compõem um quadro conceitual que poderia ser explorado pela Ciência da Informação.

O objetivo é compreender a configuração dessas concepções no âmbito desse campo para então tentar verificar o impacto dos conceitos socioantropológicos nos processos de representação e organização do conhecimento. Acreditamos que algumas concepções, desde seu viés teórico até conceitual, transitam em distintos campos e áreas do conhecimento, mas

com aspectos diversos, consequência das interpretações feitas e também dos interesses acadêmicos e da ciência em geral.

Partiremos das concepções de transculturalismo na medida em que pretendemos não apenas a identificação dos temas/estudos que tratam de perspectivas multi e transcultural na/para a Organização do Conhecimento, mas também refletir sobre como tais concepções podem ser introjetadas e interpretadas a partir das perspectivas socioculturais.

Em primeiro lugar, sobre a concepção do transculturalismo, entendemos que este pode permitir que as culturas estejam abertas para aquilo que as transversaliza e as transpõe, eliminando sua redução a teorias simplistas, acolhendo a complexidade e atualizando potencialidades do ser em tempos e lugares distintos (Nicolescu, 2005). O transculturalismo é caracterizado como uma necessidade de fusão cultural, ou seja, da mescla entre culturas distintas em respeito à dinâmica contemporânea da sociedade. Nesse sentido, o transculturalismo se distingue do multiculturalismo por este último estar relacionado estritamente a evidenciar questões associadas às diferenças culturais, especificando expressões da cultura A, B etc.

Para García Gutiérrez (2002a, 2004), o transculturalismo propõe um olhar crítico e transversal sobre os fenômenos culturais, considerando a dinâmica na construção de conhecimento a partir dos diversos contextos culturais. Tal concepção permite refletir também sobre os contextos sociais, políticos e culturais que são determinantes nas atividades de representação (Hjørland, 2002a).

A perspectiva transcultural é também verificada na abordagem da ética transcultural proposta por García Gutiérrez, cujo objetivo é fornecer uma análise da transculturalidade entre diversas culturas, isto é, permitir entender a cultura como um sistema aberto, dialógico e dinâmico.

Com base nessa ideia, entendemos que as linguagens atuam junto à cultura para a compreensão dos diversos contextos culturais dos grupos e comunidades.

Nesse sentido, é preciso se voltar a questões éticas de caráter transcultural, pois devemos entender até que medida as linguagens, no sentido de códigos verbais, podem auxiliar na compreensão de contextos híbridos das culturas. Com isso, retomamos a questão da ética transcultural que surge no contexto da Organização do Conhecimento para a compreensão da cultura e seu caráter dinâmico e plural.

Guimarães *et al.* (2005) entendem que a proposta de ética transcultural se apresenta como um fundamento e, desse modo, pressupõe possibilidades de surgimento de um novo paradigma que se mostra capaz de garantir o suporte necessário para a emergência de novas construções no campo da Organização do Conhecimento.

A “ética transcultural da mediação” como tratada por García Gutiérrez (2002a), visa o estabelecimento de condutas profissionais que priorizem a diversidade cultural. Tal perspectiva possui relação com a noção de “epistemografia interativa<sup>7</sup>”, a qual visa a integração de elementos éticos, culturais e políticos no conhecimento para sua posterior organização e representação (Farias, 2014).

Assim, a ideia da ética transcultural no contexto da Organização do Conhecimento, compreende a cultura como um fenômeno dinâmico com predisposição de ser submetido a processos interpretativos. No escopo das discussões transculturais, a noção de transculturalismo aparece como a descrição de um ambiente de diálogo cultural, desvinculada de uma base territorial que busca transcender às mais diversas culturas, as quais se encontram em processos de incompletudes culturais<sup>8</sup>. Utilizam dos atuais artefatos tecnológicos de uma maneira agregada e adaptada para a produção, a difusão, o compartilhamento e a preservação das diversas culturas.

A noção de transcultural torna-se a condição de ser das culturas contemporâneas possibilitando seu movimento e impedindo sua desin-

---

<sup>7</sup> “[...] destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de incorporar ao conhecimento e à sua organização as questões éticas, culturais e políticas” (García Gutiérrez, 2006, p. 1).

<sup>8</sup> Nos referimos às incompletudes culturais para afirmar que as culturas são processos abertos e não possui um fim, por isso também consideramos o caráter híbrido e dinâmico das culturas.

tegração. É provocador de tensões e de inquietações sobre como somos povoados pelos outros, sobre como podemos ser na mestiçagem e ainda como assimilamos saberes híbridos. A hibridização consiste em processos socioculturais em que as estruturas ou as práticas discretas que existiam separadamente passam a se combinar, tendo em vista gerar novas estruturas.

O cenário cultural contemporâneo não é visto de maneira estanque, dicotomizando culturas, mas sim, como cenário de hibridização, isto é, a recombinação, a ressignificação de modos culturais desvinculados de suas matrizes, constituindo-se em novas práticas culturais (Canclini, 2008).

Entendemos que o transculturalismo no campo da Organização do Conhecimento considera a cultura como um elemento que transcende universos e espaços culturais, em virtude da diversidade que deve ser contemplada na organização e representação. O modelo do transculturalismo pode permitir o diálogo entre as mais diferentes culturas e impede a sua homogeneização.

Vale dizer que a perspectiva do transculturalismo não busca reduzir uma cultura assim como sua identidade, pelo contrário, implica uma relação de conhecimentos e trocas culturais.

O transculturalismo está baseado na reunião entrelaçada dos diferentes povos e culturas. Em outras palavras, a identidade de alguém não é singular, mas múltipla. Ao contrário do multiculturalismo, que a maioria das experiências têm evidenciado limites com base em patrimônios culturais do passado, enquanto o transculturalismo baseia-se na quebra de limites.

Embora o multiculturalismo remeta às diferenças culturais com base em questões étnicas, raciais, de religião etc., entendemos que “O multiculturalismo não é apenas uma perspectiva teórica, exotérica, alijada da prática, mas é a própria realidade social, a condição de nossas sociedades” (Farias; Almeida; Martínez-Ávila, 2015, p. 635). Numa breve análise, é possível entender que:

Se atravessarmos o Brasil, encontramos culturas milenares coexistindo com simulacros europeus de sociedade, no que tange às condições materiais de vida. Essas culturas, que representam a maior parte das mais de 200 línguas faladas no Brasil não são representadas adequadamente por sistemas de organização do conhecimento. Do mesmo modo, se passamos a países europeus, notamos a complexidade que é o planejamento das políticas linguísticas, pois ademais das 24 línguas oficiais da União Europeia, existem muitos outros grupos linguísticos não incluídos. Consequentemente, o multiculturalismo não pode ser usado apenas como discurso pela organização do conhecimento, pois, por detrás dele, há uma realidade cultural híbrida a qual devemos empreender ações de mediação. (Farias; Almeida; Martínez-Ávila, 2015, p. 635).

Vale dizer que, embora o multiculturalismo corresponda às diferenças, estas devem ser percebidas por uma perspectiva do transculturalismo, como um elemento potencial para se pensar as relações transculturais, isto é, entre culturas distintas, pois a ideia de multicultural implica um olhar necessário sobre a cultura em sua diversidade e isso nos motiva a rever não apenas as diferenças, mas de reconhecê-las mediante um sistema multicultural que destaque tais diferenças e compreenda que nelas está outra questão: a identidade.

Na perspectiva dos estudos culturais, Hall (1996) entende que as identidades culturais têm raízes, assim como histórias, mas passam por constantes transformações. São ainda pontos de identificação. A ideia de transculturalismo implica ver-se no outro, por isso propõe uma perspectiva interativa e de reconhecimento das peculiaridades culturais. Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) devem perseguir o intercultural e pensar transculturalmente, o que é mais difícil, pois o multicultural tem simplificado a questão.

Em linhas gerais, a ideia do transculturalismo visa respeitar as peculiaridades culturais das mais diversas culturas. Tal respeito implica no co-

nhcimento mínimo das questões sociais, econômicas, éticas e linguísticas que formam uma cultura.

O transculturalismo prevê também as garantias sociais, a garantia cultural das comunidades, tendo em vista que a ênfase dada nessa perspectiva socioantropológica é entender que em meio aos conflitos socioculturais e políticos que separam as culturas, devemos atentar para os pontos em comum entre elas que podem potencializar diálogos menos conflituosos, mediante, assim como evidenciados, na concepção de multiculturalismo.

Em segundo lugar, outra categoria a somar aos estudos semióticos é a perspectiva interpretativa da cultura. Partimos da ideia de que a cultura como um universo sógnico condiciona a visão de mundo dos sujeitos numa sociedade, ao mesmo tempo em que também é condicionada pelas relações históricas, sociais e biológicas.

A noção de “interpretação das culturas” de Geertz (2008) sustenta uma visão interpretativa ou hermenêutica do fenômeno cultural e dá-se ênfase não só ao ato interpretativo, mas à reflexão que desencadeia as possibilidades de interpretações entre culturas distintas. As culturas são resultantes de processos semióticos, de elaboração e ressemantização e implicam relações individuais e coletivas.

O “sentido” é para Geertz (2001) um movimento espiralado do pensamento, que não é relativista, nem absolutista, pois o primeiro inviabilizaria o julgamento, o segundo retiraria o poder da história. Para Geertz (2008), a concepção interpretativa da cultura destaca a necessidade de verificação do sentido da cultura projetada nas práticas sociais, pois a cultura não é apenas uma questão de indumentária ou aparência, como afirma o autor. Esse sentido que deveria ser buscado pelas práticas de organização do conhecimento.

Geertz (2008, p. 27) argumenta que “[...] a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão” e “[...] um ser humano pode ser um enigma completo para outro” (Geertz, 2008, p. 10). O autor segue sua reflexão em busca de elucidar sua noção de cultura e por isso relata que:



Na tentativa de alcançar uma imagem mais exata do homem, quero propor duas ideias. A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos –, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam “programas” – para governar o comportamento. (Geertz, 2008, p. 32).

O conceito de cultura na teoria interpretativa parte da sua intenção em destacar a integração entre ser humano e cultura. Para tanto, é preciso entender que a cultura é mais do que padrões complexos de comportamento, isto é, a cultura é algo inerente ao ser humano, está em sua natureza. Partindo disso, o autor menciona que não haveria cultura sem homens, mas sem cultura não haveria homens (Geertz, 2008).

No nosso entendimento, as reflexões trazidas no mecanismo semiótico de interpretação das culturas demonstram que “[...] o estudo da maquinaria que os indivíduos ou grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmo num mundo que de outra forma seria obscuro” (Geertz, 2008, p. 150). Dessa forma, esse tipo de reflexão implica um exercício semiótico que deve considerar na análise dos fenômenos culturais e da sua relação com as fronteiras sociais.

Sobre as fronteiras, Geertz (2001) destaca no seu texto sobre “Os usos da diversidade” que no âmbito das culturas e com base na tentativa de interpretá-la em referência com a cultura alheia é necessário reconhecer não apenas o que está próximo de um “nós”, é também importante entender os “outros”. Em outras palavras, interpretar uma cultura é um exercício semiótico e torna-se complexo porque precisamos nos entender em relação ao outro.

Essa perspectiva demarca a crítica ao etnocentrismo marcado nos trabalhos sobre antropologia de Malinowski e Lévi-Strauss, nos quais apresentam uma distância (tanto espacial, quanto existencial) destacada na relação entre o “nós” e os “outros”. Dessa forma, Geertz (2001, p. 81) reflete:

[...] que esses mundos e essas mentalidades alheios, em sua maioria, não estão realmente noutra lugar, mas são alternativas para nós, situadas bem perto, ‘lacunas instantâneas entre mim e os que pensam diferente de mim’, parece haver necessidade de certo reajuste de nossos hábitos retóricos e nosso sentimento de missão. (Geertz, 2001, p. 81).

Em outro estudo dedicados ao saber local, Geertz (1998) destaca a importância de uma antropologia direcionada pela “hermenêutica” ou “interpretativa” na qual indica que o conhecimento, assim como sua compreensão, refere-se aos significados localizados, próprios dos contextos culturais em que são produzidos.

Geertz (2001) critica a perspectiva de que possamos lidar com as culturas como “sistemas fechados”, que nos permitiriam raciocinar que cada uma das culturas existentes no mundo possa ser pensada como passível de isolar-se de todas as outras. Para tanto, o autor sugere que o essencial é anotar e interpretar o discurso social e não apenas dicotomizar a cultura, torná-la pedaços desprovidos de sentido.

Outra definição que segue correlacionada à perspectiva interpretativa é a que verifica a cultura a partir de um olhar sobre a totalidade do real (Coll, 2000). Em outras palavras, para entender a cultura, em sua totalidade, identificamos o quão esta é plural e requer atenção para suas peculiaridades que dialogam com o externo, isto é, aquilo que está fora da sua semiosfera.

Coll (2000) entende que as culturas passam a estar em toda e qualquer parte, sendo este um fenômeno caracterizado como transculturalidade, o qual já mencionamos anteriormente. Nesse sentido, consideramos que cada cultura explica, justifica e consolida um tipo de racionalidade que interfere diretamente no pensar, no agir, no sentir, nas memórias escolhidas e nas ideologias.

Na Organização do Conhecimento, por exemplo, temos pesquisas desenvolvidas por Smiraglia e Lee (2012), Tennis (2013), Lee (2015), que

retomam a concepção de cultura, objetivando refletir sobre questões associadas à linguagem e diversidade cultural, mais precisamente para as perspectivas de garantia cultural, literária etc.

Lee (2015), a partir da base teórica da Antropologia, buscou elucidar sobre a função do conceito de cultura para a Organização do Conhecimento. A ideia de Lee (2015) parte das questões da classificação, por conseguinte das questões éticas que não estão deslocadas do fazer profissional quando da adaptação de esquemas padronizados de classificação que valorizem os contextos locais.

Em meio aos quadros de concepções apresentados por Lee (2015), a autora afirma que cultura é uma estrutura cognitiva estruturada por comunidades, por isso a cultura é aprendida, possui o caráter dinâmico e coexistente. Entendemos que a intenção da autora em apresentar o conceito de cultura para o campo da Organização do Conhecimento é compreender que há influências mútuas entre a noção de cultura e esquemas de classificação.

O olhar sobre a cultura discutido até aqui está conectado à perspectiva semiótica de Lotman quando este entende a cultura como uma semiosfera aberta e em potencial, bem como com a matriz dialógica da linguagem de Bakhtin, quando defende a linguagem como um signo ideológico-social. Além da proposta da teoria interpretativa da cultura de Geertz (1926-2006), que nos presenteia considerando a interpretação da cultura como um exercício para compreender o que somos a partir do que os outros são.

Por fim, outra discussão que consideramos para as bases socioantropológica, – no contexto das perspectivas socioculturais da Organização do Conhecimento –, é a concepção desclassificacionista de García Gutiérrez.

Embora pareça confuso pensar numa desclassificação no fazer da classificação bibliográfica, o prefixo “des-” não pressupõe desfazer ou até mesmo ignorar a classificação, mas sim rever as estratégias autoritárias que desprivilegiam determinados conhecimentos. Por exemplo, quando definimos categorias que não estão ajustadas à realidade, aos contextos das comu-

nidades discursivas e, dessa forma, não consideramos questões éticas e culturais na organização, assim como para a representação do conhecimento.

Isto posto, entendemos que a noção de desclassificação introduzida por García Gutiérrez como uma proposta de contraponto à ideia de classificação visa ser empregada amplamente na Organização do Conhecimento para que ao menos seja refletida as condições e modelos de classificação.

Classificar é um processo que oculta e separa conhecimentos, na medida em que privilegia determinada cultura em detrimento de outras expressões ou ideologias. Nessa mesma linha, Phillips (1955) entende que a classificação implica processos de agrupamento ou separação de objetos ou ideias em grupos. Para Souza (1943, p. 21), em uma acepção mais restrita, a classificação “[...] é o arranjo dos livros em classes de assuntos, ao mesmo tempo em que se lhes destinam lugares nas estantes, de acordo com esses assuntos”.

Para Mai (2013, p. 242), as classificações refletem a realidade, que é tendenciosa, injusta e cheia de contradições. Para o autor, é tarefa do profissional da informação buscar minimizar o dano causado por essa característica das classificações que são relativas, atreladas a contextos específicos e também culturalmente motivadas.

Olson (2002, p. 382) entende que “A classificação é um sistema e sistemas têm limites que excluem, pois eles são como territórios finitos”. A autora se posiciona e explora o problema de classificar pelas essências, tal como muitas propostas de Organização do Conhecimento. Para Olson (2001), as instituições que organizam o conhecimento “[...] refletem as marginalizações e exclusões da sociedade a que servem” (Olson, 2001, p. 639). Para a autora, a estrutura imposta pela categorização dos sistemas de organização potencializa os conhecimentos que neles se encaixam e elevam tais conhecimentos à condição de verdades, ao mesmo tempo que estes desqualificam ou anulam aqueles que não se enquadram nos modelos e categorias sustentados pelos grupos de determinam a classificação.

Frente a isso, consideramos que a proposta da desclassificação, segundo os trabalhos examinados de García Gutiérrez (2002a, 2002b, 2007, 2011a, 2011b e 2012), representa um posicionamento que se contrapõe a posicionamentos autoritários, burocráticos e conservadores, absorvidos e executados por profissionais da informação no ato de classificar e organizar o conhecimento.

Para García Gutiérrez (2011a), o processo de classificação é comumente visto como um elemento neutro e não ideológico, apesar de produzir ideologia e cultura. Assim, a classificação entendida e utilizada até agora teria em seu caráter redutor metonímico um elemento poderoso de conversão das culturas do mundo em visões parciais e tendenciosas. Portanto, a classificação implica em operações essencialistas de organização do mundo a partir de uma lógica reducionista.

García Gutiérrez (2011a, p. 8, tradução nossa) aponta como constituintes da prática de classificação: a redução metonímica, a redução dicotômica e a redução analógica. A redução metonímica é entendida como uma ferramenta epistemológica que prevê a identificação da parte com o todo. Trata-se da redução das reduções cujo objetivo é encurtar, simplificar e fragmentar. É um dos elementos que mais se destacam, pois consiste na fragmentação dos objetos classificados. Na redução dicotômica, García Gutiérrez (2011a) destaca duas propriedades: o deslizamento e a dicotomização. A primeira envolve um movimento incontrollável que permite passar injustificadamente de uma instância a outra pelo fato de possuir representações homônimas, homográficas e homofônicas.

Na dicotomização, todas as instâncias são construídas por modo de pares opostos como, por exemplo, homem/mulher, norte/sul etc. Para *redução analógica*, García Gutiérrez compartilha de um exemplo clássico do ornitorrinco, o qual apresenta em sua taxonomia uma variedade de características que poderiam resultar numa classificação mais plural. Neste caso, como em tantos outros, o que prevalece é a categoria mamífero, pois representa uma posição privilegiada no contexto animal, e ocasiona na

desvalorização de demais classes e/ou características que pudessem explicar e desenvolver variáveis para a classificação.

Por sua vez, a desclassificação está voltada para uma reflexão que antecede o fazer da classificação e não se caracteriza como um elemento de caráter substitutivo. Nesse escopo, entendemos que a ideia de desclassificação traz para o campo da Organização do Conhecimento a noção de desconstrução que implica em alternativas de cunho pós-epistemológico, tendo em vista ampliar as reflexões sobre as questões que envolvem a organização e representação do conhecimento.

Tal posicionamento indica por parte de García Gutiérrez, uma perspectiva pluralista. Como bem enfatiza García Gutiérrez (2011a, p. 98, tradução nossa):

Minha reivindicação irredutível é a [...] substituição do espírito, linguagem e procedimentos da Epistemologia da Documentação por uma Hermenêutica da Organização do Conhecimento [...] uma hermenêutica crítica e envolvida com uma produção e trocas igualitárias que redignifiquem conhecimento e memórias não percebidos.

García Gutiérrez busca promover uma perspectiva dialógica que priorize a memória, identidade, linguagem, cultura, tecnologia e conhecimento. A desclassificação envolve a suposição metacognitiva de uma lógica diferente, plural e não-essencialista. Ela introduz o pluralismo lógico, mundos possíveis, dúvida e contradição nas proposições, provocando um pensamento antidogmático (García Gutiérrez, 2011a). Ao contrário disso, a classificação, como tradicionalmente compreendida, implica o ato de classificar, isto é, escolher uma entre outras classificações logicamente possíveis, procurando encontrar, para a escolha feita, um conjunto de razões suficientes (Pombo, 2003).

A introdução do pluralismo na classificação através do processo de desclassificação, implica uma operação que necessita a consciência da incompletude do viés e da subjetividade. A desclassificação propõe o prin-

cípio da contradição na classificação, admitindo que “[...] uma coisa também é sempre outra coisa [...]” e que “[...] uma coisa pode sempre ser outra coisa” (García Gutiérrez, 2011a, p. 11).

A contradição pode nos permitir a ver a lógica como uma estrutura culturalmente determinada e não universal. García Gutiérrez (2011a) defende que todas as culturas e matrizes cognitivas buscam evitar a contradição em seu interior. Também a utilizam para apontar a falha no pensamento do outro. No território da contradição que García Gutiérrez (2006) introduz a desclassificação. Para o autor: “[...] desclassificar, isto é, desmontar uma estrutura de ordenação dominante – geralmente hierárquica – implica reclassificar com parâmetros diferentes aos dessa estrutura. Como consequência, desclassificar suportaria, no limite, classificar” (García Gutiérrez, 2006, p. 110).

Orientado por uma pragmática contextual, García Gutiérrez apresenta algumas propostas que implicam em adotar uma teoria de conceitos abertos<sup>9</sup> e inacabados, que visem uma prática da desclassificação e sua aplicação nos processos de organização da memória registrada.

Notamos um interesse quanto à temática da desclassificação na Organização do Conhecimento, tendo em vista que esta vem sendo ampliada e discutida no campo em distintos trabalhos (Soares; Martins; Francelin, 2013; Padilha; Barros, 2015; Farias; Almeida, 2016; Amorim; Bräscher, 2017).

A desclassificação relaciona-se a algumas concepções resgatadas da Filosofia, como a ideia de razão dialética, razão ética e política, razão im-perfeita, razão contrafática, razão quântica, razão falibilista e razão para-consistente. O autor sugere a adoção da paraontologia, tendo em vista que organizar o conhecimento a partir da ideia de que uma instância conceitual não é somente algo, mas pode também ser outra coisa. Desse modo,

---

<sup>9</sup> À ideia de conceitos abertos, entendemos que García Gutiérrez toma como base sobre os diversos sentidos que um conceito pode adquirir. Assim, reconhecemos que este olhar sobre a mutabilidade dos conceitos se refere à dinâmica dos contextos históricos, sociais e culturais e também locais, os quais influenciam na elaboração e na alteração dos conceitos.

García Gutiérrez entende que tudo pode ser sempre outra coisa (García Gutiérrez, 2011a), isso dependerá o alcance do olhar.

Ao que corresponde a aplicação da desclassificação no campo da Organização do Conhecimento, mais precisamente quando se refere ao conhecimento registrado, García Gutiérrez (2011a) propõe o estabelecimento de dois operadores:

1. o operador complexo<sup>10</sup>, que trabalha para garantir de modo igualitário a expressão de todas as posições e cosmovisões a respeito de um tema; e
2. o operador transcultural que, por sua vez, decide e executa democraticamente a partir de um consenso amplo, com revisão periódica numa síntese transcultural, baseada no levantamento feito pelo operador complexo.

Nesse sentido, a desclassificação para a Organização do Conhecimento implicaria uma prática interpretativa de revisão que envolve tanto processos complexos de tradução, como a suspensão de suposições ou transformação formal de modos que se adaptam à liberalização de uma matriz cognitiva de caráter ampla e inclusiva. Desclassificar seria, ao fim e ao cabo, propor um sistema aberto, tendo em vista a reabilitação de recursos do conhecimento por meio de uma leitura de caráter pós-epistemológico. A desclassificação supõe a introdução do pluralismo como núcleo lógico do processo de classificação. É uma operação metacognitiva e não simplesmente automática que em cada momento requer uma consciência de incompletude, assim como de vieses e de subjetividade.

García Gutiérrez (2002a) defende um novo paradigma, combinando Teoria Crítica e Hermenêutica, cujo ponto de partida é a teoria e a prática da classificação na Organização do Conhecimento. Mais uma vez, esbarramos

---

<sup>10</sup> O operador complexo representa o equilíbrio democrático e hermenêutico, pelo qual o operador transcultural busca respaldo. Quanto ao operador transcultural, este é, conforme o autor, o antídoto para o relativismo do qual o operador complexo poderia ser acusado (García Gutiérrez, 2011a).



no transculturalismo, pois este enxerga nas práticas multiculturais uma certa fragilidade no que concerne a compreensão de cultura. Assim, é preciso que antes de propor categorizações sobre elementos culturais, deve-se entender a cultura como um sistema aberto com capacidade de interação e que não se trata de algo limitado derivado de uma análise reducionista.

A desclassificação nos condiciona a compreender que, em vez de realidades culturais simplificadas, necessitamos trabalhar para construir uma ética transcultural que forneça apoio à construção social da exomemória<sup>11</sup> que utiliza categorias transculturalmente aceitáveis e um conjunto de regras que ajude a detectar preconceitos raciais, étnicos ou quaisquer outros (García Gutiérrez, 2002a).

À medida que a cultura for simplificada, reforçaremos a concepção do multiculturalismo, ou seja, se aceitarmos todas essas coisas como entidades constantes, permitindo a sua fragmentação em subconjuntos independentes e paralelos, conceberemos armações culturais limitadas e isoladas que não corresponderão à realidade (García Gutiérrez, 2002a).

García Gutiérrez (2011a) considera a desclassificação como a hermenêutica da Organização do Conhecimento, pois esta é um modo dinâmico de organização que, *a priori*, deveria satisfazer uma razão de mudança que corresponde aquela dos próprios objetos organizáveis simbólicos uma vez que, conforme o autor, a redução da paralisia cognitiva tradicional, isto é, do tipo de classificação que normalmente praticamos já foi superada.

A proposta da desclassificação, apesar de provocar interesse no campo da Organização do Conhecimento, ainda representa desconforto tendo em vista que a classificação tradicional estabelece uma zona de conforto entre muitos pesquisadores e profissionais do campo. De qualquer forma, o tema de pesquisa iniciado por García Gutiérrez nos impulsiona a rever a posição epistemológica dominante na Organização do Conhecimento e

---

<sup>11</sup> Por exomemória entendemos que são as múltiplas formas de registrar o conhecimento como, por exemplo, livros, fotografias, gravuras, quadros, esculturas etc. À noção de exomemória destaca-se também outras concepções atribuídas por García Gutiérrez (2002a), como conhecimento, memória compreendido como sinónimos.

sugerir uma perspectiva alternativa e que não substitui necessariamente a noção de classificação, pois como o autor defende, o ato de desclassificar é também uma maneira de classificar (García Gutiérrez, 2006, 2007).

Em suma, a perspectiva desclassificacionista nos recomenda revisar tanto as práticas interpretativas como processos complexos de tradução. Ela alerta para um compromisso de caráter metacognitivo e pluralista que auxilie ultrapassar os automatismos e preferências hierárquicas que tradicionalmente a classificação nos condiciona.

### **3 ALGUMAS PALAVRAS FINAIS**

As discussões relativas às bases teóricas semiótico-culturais para Organização do Conhecimento buscaram, de algum modo, sumarizar as contribuições semióticas e socioantropológicas, no intuito de alertar que o campo não está dissociado da vida social, portanto deve incorporar novos conceitos para explicar a realidade sociocultural.

O trabalho também nos permitiu identificar a necessidade de uma representação que reveja os contextos culturais, o que implica reavaliar posicionamentos autoritários sobre a noção de representação. Além disso, a análise interpretativa da cultura e a investigação aprofundada das comunidades devem ser objeto de reflexão detida.

A questão da tradução é um outro elemento que devemos dar atenção, pois para alcançar uma representação que pressupõe uma interpretação semiótica dos contextos das comunidades, precisamos considerar o caráter semiótico da tradução e refletir sobre tal atividade nos ambientes físico e não físicos.

Nesse sentido, temos a oportunidade de reeditar não apenas nossos posicionamentos teóricos, mas principalmente a nossa postura ética ante os processos de organização, tratamento e representação do conhecimento. A Organização do Conhecimento tem como tópico de estudo um fenôme-

no simbólico, portanto cultural e semiótico. Nesse sentido, a sua abordagem deve corresponder ao carácter de seu objeto.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, I. S.; BRÄSCHER, B. M. O fora da Organização do Conhecimento: considerações para a arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 359-376, abr./jul. 2017.
- BARBALHO, C. R. S. Fazer semiótico: subsídios para exame do espaço concreto. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 79-96, dez. 2006. 2º número especial.
- BARROS, C. M. de. **Informação musical**: análise semiótica da experiência de não especialistas em música e as implicações teóricas na Organização do Conhecimento. 2017. 283 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis, 2017.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CABRÉ, M. T. **La terminología**: representación y comunicación. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 2000.
- CAFÉ, L.; BARROS, C. M. Informação Musical: sistemas de classificação sob o olhar da semiótica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43, n. 1, p. 134-144, jun. 2014.
- COLL, A. N. As culturas não são disciplinas: existe o transcultural?. *In*: ENCONTRO CATALISADOR DO PROJETO “A EVOLUÇÃO TRANSDISCIPLINAR NA EDUCAÇÃO” DO CETRANS DA ESCOLA DO FUTURO DA USP, 2., 2000, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Triom/Unesco, 2002.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008.
- DEELY, John. **Semiótica Básica**. São Paulo: Ática, 1990.
- DUCROT, O.; TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- FARIAS, M. C. Q. da S. **A semiótica da cultura nas abordagens socioculturais da organização do conhecimento**: uma análise teórico-conceitual. 2014. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

FARIAS, M. C. Q. da S.; ALMEIDA, C. C. de. A Desclassificação em García Gutiérrez: contribuições às abordagens socioculturais da Organização do Conhecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, ENANCIB, 17., 2016, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2016. p. 4864- 4868.

FARIAS, M. C. Q. da S.; ALMEIDA, C. C. de.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. A mediação no domínio do conhecimento. *In: GUIMARÃES, J. A. C; DODEBEI, V. **Organização do conhecimento e diversidade cultural***. Marília: ISKO Brasil; FUNDEPE, 2015. p. 630-642.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border”: towards a transcultural ethics of mediation. *In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: integration of knowledge across boundaries***. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002a. p. 516-522. (Advances in Knowledge Organization, 8).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **La memoria subrogada: mediación, cultura y conciencia en la red digital**. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2002b. Arquivo em meio magnético.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Otra memoria es posible: estrategias descolonizadoras del archivo mundial**. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2004.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, Campinas, v. 18 n. 2, p. 103-112, maio/ago. 2006.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Desclasificados: pluralismo lógico y violencia de la clasificación**. Barcelona: Anthropos, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in knowledge organization: a postepistemological essay. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr. 2011a.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011b.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La descolonización de los saberes: itinerarios de paraconsistencia. *In: PÉREZ PAIS, C.; GONZÁLES BONOME, M. A. (ed.). **20 años del capítulo español de ISKO: actas del X Congreso ISKO Capítulo Español***. Coruña: Universidade da Coruña, 2012. p. 31-48. Disponível em: [https://iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/c6ed1-31-48\\_garcia-gutierrez-1.pdf](https://iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/c6ed1-31-48_garcia-gutierrez-1.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GEERTZ, C. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GUIMARÃES, J. A. C.; BOCCATO, V. R.; PINHO, F. A.; LIMA, M. L.; BORBA, E. A.; DAMAZO, A. C.; MONÇÃO, J. L. Aspectos éticos en organización y representación del conocimiento: un análisis de la bibliografía científica en busca de una categorización preliminar de valores. *In*: GASCÓN, J.; BURGUILLOS, F.; PONS, A. (ed.). **La dimensión humana de la organización del conocimiento**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2005. p. 278-285.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALL, S. Identidade cultural e Diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, v. 24, p. 68-75. 1996, Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8697>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HJØRLAND, B. **Information seeking and subject representation**: an activity-theoretical approach to information science. Westport, CT: Greenwood. 1997.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n. 4, p. 422-462, Ago. 2002a.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 4, n. 53, p. 257-270, Feb. 2002b.

HJØRLAND, B. What is Knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 35, n. 2/3 p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 46 n. 6, p. 400-425, Jul. 1995.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix. 1995.

KROEBER, A. O superorgânico. *In*: PIERSON, Donald (org). **Estudos de organização social**. São Paulo: Livraria Martins, 1949.

KULL, K. Semiotic ecology: different natures in the semiospheres. **Sign Systems Studies**, Tartu, v. 26, p. 344-371, 1998.

LARA, M. L. G. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 223-226. 1993.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

- LEE, Wan-Chen. Culture and Classification: An Introduction to Thinking about Ethical Issues of Adopting Global Classification Standards to Local Environments. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 42, n. 5, p. 302-307, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LOTMAN, Y; USPENSKY, B. A.; MIHAYCHUK, G. On the semiotic mechanism of culture. **New Literary History**, Baltimore, v. 9, n. 2, p. 211-232, Winter. 1978.
- LOTMAN, Y. M. *et al.* **Ensaaios de semiótica soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- LOTMAN, Y. M. **Universe of the mind**: a semiotic theory of culture. London: I.B. Tauris & CO. LTD, 1990.
- LOTMAN, Y. M. La semiosfera. *In*: NAVARRO, D. (org.). **Semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Cátedra, 1996.
- LOTMAN, Y. M. **Cultura y explosión**: lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social. España: Gedisa editorial, 1999.
- MAI, J. E. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing and Management**, New York, v. 41, n. 3, p. 599-611, May 2005.
- MAI, J. -E. Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013.
- MACHADO, I. **Escola de Semiótica**: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MACHADO, I. Existe lugar para o signo na história da mídia? **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 35, n. 15, p. 61-68, abr. 2008.
- MACHADO, I. **Semiótica da Cultura e Semiosfera**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.
- MACHADO, I. Pensamento semiótico sobre a cultura. **Sofia**. Vitória, ES, v. 2, n. 2, p. 60-72, ago. 2013.
- MACHADO, I.; ROMANINI, V. Semiótica da comunicação: da semiose da natureza à cultura. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17 n. 2, p. 89-97, maio/ago. 2010
- MERRELL, F.; ANDERSON, M. Mundos variáveis, modelizações semióticas. **Face**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 29-44, 1990.

- MOURA, M. A. Ciência da Informação e semiótica: conexão de saberes. **Encontros Bibli** (UFSC), Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 1-17, dez. 2006.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria do signo**. Rio de Janeiro: Eldorado; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.
- MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A.; PICKLER, M. E. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.3, p. 115-123, set./dez. 2006.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- NÖTH, W. **Panorama da semiótica de Platão a Peirce**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 1995.
- NÖTH, W. **Panorama da semiótica de Platão a Peirce**. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- NÖTH, W.; LÓTMAN, I.: cultura e suas metáforas como semiosferas auto-referenciais. *In*: MACHADO, I. (org.). **Semiótica da cultura e semiosfera**. São Paulo: Fapesp/ AnnaBlume, 2007. p. 81-95.
- NÖTH, W.; SANTAELLA, L. **Introdução à semiótica**. São Paulo: Paulus, 2017.
- NEVEU, F. **Dicionário de ciências da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinariadde**. Tradução de Lúcia de Souza. 3. ed. São Paulo: Trion, 2005.
- OLSON, H. A. The Power to Name: Representation in Library Catalogs. **Signs**, Chicago, v. 26, n. 3, p. 639-668, Spring. 2001.
- OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.
- PADILHA, R; BARROS, C.M. de. Novas perspectivas para a classificação. **Em questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 210-215, jan./abr. 2015.
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- PINTO, J. **1, 2, 3 da semiótica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- POMBO, O. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2003. Disponível em: <http://cfcul.fc.ul.pt/textos/OP%20-%20Da%20Classificacao%20dos%20Seres%20a%20Classidicacao%20dos%20Saberes.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- PHILLIPS, W. H. **A primer of book classification**. London: Association of Assistant Librarians, 1955.
- SANTAELLA, L. **Assinatura das coisas**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

- SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos: semiose e autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.
- SANTAELLA, L. **Teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Pioneira, 2001.
- SCHNAIDERMAN, B. **Semiótica Russa**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- SOARES, M. S. B; MARTINS, M. T.; FRANCELIN, M. M. Pluralismo lógico e epistemologia interativa como ferramenta desclassificadora do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 55-71, 2013.
- SOUZA, J. S. de. **Classificação: sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in knowledge organization. **Library Trends**, Baltimore, v. 50, n. 3, p. 330-349, Winter. 2002.
- SMIRAGLIA, R. P.; LEE, Hur-Li. **Cultural Frames of Knowledge**. Würzburg: Ergon, 2012.
- TENNIS, J. T. Ethos and Ideology of Knowledge Organization: Toward Precepts for an Engaged Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Baden-Baden, v. 40, n. 1, p. 42-49, 2013.
- TOROP, P. Cultural semiotics and culture. **Sign Systems Studies**, Tartu, v. 27, p. 9-23, Dez. 1999.



